



“Não sou racista, mas...”: motivações linguísticas da proverbial retórica à brasileira para a negação do racismo

*“I am not a racist, but ...” linguistic motivations of the proverbial Brazilian rhetoric for
the denial of racism*

Paulo Sérgio de Proença*

*Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, campus dos Malês
São Francisco do Conde, Bahia, Brasil*

Resumo: A expressão “não sou racista, mas...” é muito frequente nas redes sociais. Quem o utiliza é ou não racista? Este artigo analisa o valor linguístico e histórico da expressão. O caminho metodológico escolhido é a pesquisa bibliográfica. A análise serve-se de elementos da Pragmática e da Retórica. Ao que tudo indica, essa expressão veicula racismo de forma ostensiva, embora tenha intenção de negá-lo.

Palavras-chave: Negação do racismo. Linguagem. Pragmática.

Abstract: The expression “I am not racist, but ...” is very frequent in social networks. Who uses it is racist or not? This article analyzes the linguistic and historical value of the expression. The methodological path is bibliographical research. This analysis uses elements of Pragmatics and Rhetoric. In any case, it carries out ostensibly racism, although she intends to deny it.

Keywords: Denial of racism. Language. Pragmatic.

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Se acessarmos as redes sociais e portais de busca na internet, vamos, talvez, nos surpreender com o uso da expressão “não sou racista, mas...”, completada de formas diversas, todas com teor marcadamente racista. Esse procedimento, no Brasil, é curioso, porque, aqui, a maioria reconhece a existência do racismo, mas apenas uma mínima parte da população se reconhece racista. O recurso linguístico, então, precisa ser examinado.

Bakhtin e Saussure, por vertentes teóricas e motivações diversas, já disseram que a linguagem é fenômeno social. Em “não sou racista, mas...”, particularmente, há fios, não apenas linguísticos, que desenrolam fatores históricos com os quais dialogam. É exatamente esse o objetivo deste trabalho. Para isso, em primeiro lugar, serão analisadas as dimensões linguístico-argumentativas da expressão, em sua constituição interna e em seus efeitos de sentido. Em seguida, serão buscados elementos históricos aos quais a expressão está vinculada e nos quais podem ser encontradas as razões para explicá-las.

O resultado disso é que o racismo existiu e continua existindo, apesar dos esforços, conscientes ou não, para negá-lo, o que é comprovado pelo uso copioso da expressão “não sou racista, mas...”.

* Doutor em Letras (USP), professor da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, campus dos Malês. E-mail: pproenca@unilab.edu.br.

2 ASPECTOS ARGUMENTATIVOS E LINGUÍSTICOS

Nem a matéria linguística da estrutura “não sou racista, mas...” nem seu valor argumentativo podem ser desprezados para a avaliação consistente dos efeitos que ela tem e da função que exerce na sustentação e reforço de princípios racistas. A configuração linguística define a relação entre os membros que a compõem, enquanto a dimensão argumentativa diz algo sobre os efeitos de convencimento e de persuasão que o conjunto produz sobre o auditório (ouvintes ou leitores).

Há diferença entre convencer e persuadir. Para Perelman e Olbrechts-Tyteca, a distinção depende do ponto de vista. Sob o foco do resultado, “persuadir é mais do que convencer, pois a convicção não passa da primeira fase que leva à ação” (2002, p. 30); sob o ângulo do caráter racional da adesão, “convencer é mais do que persuadir”. Assim, chama-se “persuasiva a uma argumentação que pretende valer só para um auditório particular e [...] convincente àquela que deveria obter a adesão de todo ser racional” (2002, p. 31).

2.1 ASPECTOS DA ESTRUTURA LINGUÍSTICA

A estrutura linguística dessa construção oferece elementos indispensáveis para a verificação da presença ou ausência de motivação racista dos que dela se servem.

Uma pergunta inicial e necessária é esta: qual é o papel do *mas*? Trata-se de uma conjunção, classificada pela gramática como *adversativa*, por unir duas proposições pelo elo de oposição. A oração introduzida por *mas* contém sentido contrário à anterior e sobre ela prevalece: “não estou com fome, *mas* vou comer alguma coisa”. Pela nossa experiência de vida e visão de mundo, sabemos que, quando estamos sem fome, não comemos; em outras palavras, estar sem fome e comer são ideias opostas; além disso, pelo exemplo, percebe-se que prevalece a ideia introduzida pelo conector *mas*: quem diz isso vai, de fato, comer alguma coisa. A propósito, Fiorin apresenta esse exemplo, acrescentando que há uma *instrução* sobre a maneira de interpretar o papel que o *mas* desempenha (2003, p. 169): a) Marcelinho joga muito futebol, *mas* é desagregador; b) Marcelinho é desagregador, *mas* joga muito futebol. A estrutura nos dois casos é a mesma (*A, mas B*); o que muda é a ordem das ideias. A diferença de sentido é a seguinte: no primeiro caso, o falante não quer Marcelinho; no segundo, sim. Com isso, fica ainda mais evidente a prevalência da ideia contida na oração introduzida por *mas*.

Neves (2000) diz, a respeito da oposição entre as orações unidas por *mas*, que há relação por ela chamada de *desigualdade*, na qual coloca-se “o segundo segmento como de algum modo diferente do primeiro, especificando-se essa desigualdade conforme as condições contextuais” (p. 756). O valor semântico do *mas* é explicado por essa autora de forma exaustiva; um de seus sentidos possíveis é o seguinte: “Nas relações de **desigualdade** há aspectos especiais marcados pelo uso do MAS. A desigualdade é utilizada para a **organização da informação** e para a **estruturação da argumentação**.”

Isso implica a manutenção (em graus diversos) de um dos membros coordenados (em geral, o primeiro) e (também em graus diversos) a sua negação” (NEVES, 2000, p. 757; grifos do original).

A segunda parte da citação acima é clara: na relação entre duas proposições coordenadas por *mas*, a segunda nega a primeira. Essa relação, estritamente linguística, é de suma importância para a análise da estrutura “não sou racista, mas...”. Assim, por exemplo, quando alguém diz “não sou racista, *mas* não gosto de pretos”, fica evidente a conclusão anteriormente feita: a segunda parte (“[...] *mas* não gosto de pretos”) nega a primeira (“não sou racista [...]”); portanto, quem diz isso (ou tantas outras coisas nessa estrutura, com a manutenção da primeira parte) é, sim, racista, por negar que não é racista, por causa da instrução da conjunção *mas*. É, embora diga que não. Essa operação pode ser explicada de outra forma, com a negação da inferência (NEVES, 2000, p. 762), caso em que ocorre “a negação de um argumento enunciado anteriormente. No primeiro segmento há a asseveração, com admissão de um fato; no segundo segmento expressa-se a não-aceitação da inferência daquilo que foi asseverado”.

Ocorre a tentativa de negar, no nível da manifestação (parecer) o que não é assumido em outro nível (ser). Esse fenômeno pode ser atribuído ao constrangimento que a defesa ostensiva de racismo pode provocar, além de ser fato *politicamente incorreto*, punível criminalmente, inclusive. Mas o que está na balança não é somente isso; esse jogo de afirmar-negar o racismo é histórico, no Brasil, como se verá adiante. Oliveira (2004, p. 82) sugere que manifestação de racismo pode ser inconsciente: “[...] mesmo quando não se trata de esconder intencionalmente o preconceito, ele se manifesta frequentemente de maneira irrefletida e a falta de consciência do ator sobre suas atitudes preconceituosas eventualmente esboçadas não é de todo surpreendente”.

Resumindo, pode-se dizer que a estrutura *A, mas B* indica a prevalência de B em relação a A e, por causa disso, há oposição entre as partes: B nega A. No nosso caso, como A é uma oração negativa (“Não sou racista...”), a estrutura adversativa a nega; temos, então, uma negação da negação, o que equivale a uma afirmação. Ou seja, quem usa a estrutura linguística “não sou racista, mas...” é racista; e não assumido.

2.2 ASPECTOS E EFEITOS LINGUÍSTICO-PRAGMÁTICOS

Decorrentes dessa dimensão linguística, há os elementos de natureza pragmática (que são linguísticos e extralinguístico), que vão aqui separados apenas para efeito de ênfase.

Para esta parte, seguimos Fiorin (2003), que define Pragmática desta forma: “ciência do uso linguístico, estuda as condições que governam a utilização da linguagem, a prática linguística [...] estuda a relação entre a estrutura da linguagem e seus usos” (2003, p. 166). Há palavras e frases que só se compreendem na situação concreta de fala e é daí que surge a relevância dessa disciplina linguística.

Os filósofos da linguagem John Austin e Paul Grice deram o ponto de partida para o nascimento e desenvolvimento da Pragmática. Para Austin, a linguagem não tem função descritiva, mas prática: é ação, pois os seres humanos, ao falar, realizam atos; além disso, deve-se considerar que a linguagem comunica mais do que está registrado em enunciados, porque evocam-se conteúdos implícitos, conforme enfatiza Fiorin (2003, p. 166).

Nesse sentido, é preciso estudar o uso, porque o sentido dos enunciados pode implicar em outros aspectos extralinguísticos; daí a importância do contexto, que pode sugerir, inclusive, que determinados enunciados não devem ser literalmente compreendidos. Falantes podem preferir comunicar significados de maneira indireta, por diversas razões.

Duas distinções importantes devem ser feitas: significação x sentido; frase x enunciado. Frase é o “ato linguístico caracterizado por uma estrutura sintática e uma significação calculada com base na significação das palavras que a compõem”. Já enunciado é “frase a que se acrescentam as informações retiradas da situação em que é enunciada, em que é produzida”. A partir dessa diferença, é possível admitir que uma mesma frase pode estar vinculada a diversos enunciados. A significação é o “produto das indicações linguísticas dos elementos componentes da frase”. O sentido, por sua vez, é a “significação da frase acrescido das indicações contextuais e situacionais”. A frase é estudada pela Sintaxe e pela Semântica; o enunciado, pela Pragmática (FIORIN, 2003, p. 168). Em nosso caso (não sou racista, mas...), a frase é traída pelo enunciado; o sentido é corrigido pela significação.

A estrutura linguística “não sou racista, mas...” pode ter seu alcance melhor compreendido a partir dessas noções pragmáticas, sobretudo a partir da ideia de que certos enunciados não podem ser literalmente interpretados; no nosso caso, isso se refere à primeira parte da estrutura, inclusive por razões pragmáticas que serão ainda expostas; por ora, fica a indicação de que essa primeira parte da estrutura *A, mas B* (não sou racista, mas...) explicita conteúdo preconceituoso, em contexto de violência simbólica.

Elemento pragmático interessante, que contribui para esta discussão é a teoria das faces: “Face é o amor próprio do sujeito. Há uma face positiva e uma negativa. Aquela deriva da necessidade de ser apreciado e reconhecido pelo outro, é a boa imagem que o sujeito tem de si mesmo; esta é a necessidade de defender o eu, é o seu território” (FIORIN, 2003, p. 175).

Como as pessoas, em alguns casos, procuram salvar sua face e atacar a do outro, elas adotam comportamentos ameaçadores em relação ao interlocutor; se este tem face negativa, busca-se reforçá-la, por meio da invasão de território, com ordens, conselhos e ameaças; se, por outro lado, a face do outro é positiva, busca-se a destruição dessa imagem, com reprimendas, refutações e críticas, se se quer torná-la negativa. É o que ocorre quando se utiliza a expressão “não sou racista, mas...”, que, na prática, produz o efeito pragmático de reforçar a face negativa dos negros. Esse ataque à face dos negros é marca da discriminação e exclusão social de que eles são vítimas; é o que Oliveira 2004, p. 82) chama de discriminação cívica:

[...] a discriminação cívica contra os atores que têm sua dignidade negada no plano ético-moral pode ser revertida no momento em que a identidade desvalorizada é relativizada, e abrem-se perspectivas de (re)integração no plano da sociabilidade. Desse modo, tal quadro caracterizaria não só o racismo, mas também a exclusão social à brasileira.

Como se vê, caso não houvesse esse ataque linguístico, haveria condições para a integração do negro ao convívio mais respeitoso.

Na nossa expressão, a primeira parte se constitui em esforço para salvar a face do falante que, conscientemente ou não, admite que a segunda parte, introduzida por *mas*, é racista (e, por isso, pode ferir a sua face), antecipando-se ao raciocínio do leitor ou ouvinte. Quem nega que é racista (embora seja) está defendendo a face; está se antecipando para anular efeitos negativos do pressuposto da segunda oração da estrutura *A, mas B*, na qual o elemento B só pode ser defendido por quem é, de fato, racista.

Outros elementos de natureza pragmática que interessam são os pressupostos e os subentendidos, dos quais derivam as implicaturas, que dizem respeito a conteúdos implícitos. Os conteúdos dos atos de fala podem ser explícitos ou implícitos, que são as inferências baseadas em pressupostos e subentendidos, respectivamente. Para eles serem percebidos, devem estar marcados, seja no enunciado, seja na situação de comunicação.

O conteúdo explícito é denominado *posto* e é o alvo da comunicação. O *pressuposto* é a informação que não é abertamente nomeada e, assim, não é alvo da mensagem, mas percebida e desencadeada pelo enunciado em que figura, independentemente da situação de comunicação.

Os pressupostos devem ser tomados por verdadeiros, o que é necessário para a validade dos enunciados. Os implícitos são construídos pelos pressupostos. Esse mecanismo é um recurso argumentativo, pois “introduzir no discurso um dado conteúdo sob a forma de pressuposto implica tornar o interlocutor cúmplice de um dado ponto de vista, pois ele não é posto em discussão, é apresentado como algo aceito” (FIORIN, 2003, p. 182). Os pressupostos não são passíveis de negação, interrogação e encadeamento dos postos. “A pressuposição aprisiona o leitor ou o ouvinte numa lógica criada pelo produtor do texto, porque, enquanto o posto é proposto como verdadeiro, o pressuposto é, de certa forma, imposto como verdadeiro. Ele é apresentado como algo evidente, indiscutível” (FIORIN, 2003, p. 182). Por exemplo, quando alguém pergunta se parou de chover, pressupõe-se que estava chovendo anteriormente; como se vê, sem a pressuposição a comunicação não se sustenta. Aqui pode ser feita aproximação com a teoria do texto, no que diz respeito a aspectos de coerência relativos ao dado e ao novo: a informação nova, desconhecida, se apoia no dado anteriormente já conhecido, tomado como pressuposto para sustentar a adição de elementos novos. O conhecimento de mundo, o conhecimento partilhado, a situacionalidade e a contextualização são fatores de coerência; a partir disso, é possível fazer inferências a partir das informações novas (KOCH; TRAVAGLIA, 1990).

Há diferenças entre pressuposto e subentendido: o pressuposto é uma afirmação indiscutível (apresentada como tal); o subentendido é de responsabilidade do ouvinte. Na estrutura analisada, se o ouvinte percebe a contradição do enunciado, reconhece no enunciador da estrutura *A, mas B* um racista (no conteúdo aqui demarcado), embora o enunciado procure negar isso. O subentendido é *quem não gosta de pretos é racista* (dedutível da parte B); daí o esforço contido na parte A em negar o subentendido; instala-se a contradição, cuja neutralização é a criação da estrutura *A, mas B*.

O pressuposto pode ser contestado, mas é formulado para não ser. O subentendido é construído para que o falante, caso seja interpelado, possa, apegando-se ao sentido literal, negar que tenha dito o que efetivamente quis dizer. O subentendido é um meio de o falante proteger-se. No nosso caso, a tentativa de proteção reside na primeira parte da estrutura adversativa.

Essas considerações, aplicadas à estrutura *A, mas B* (“não sou racista, mas não quero que minha filha se case com um negro”), apresenta resultados interessantes: como o elemento B prevalece e tem pressuposto racista, o elemento A, que faz parte do posto, procura negar o pressuposto (quem não quer que sua filha case com um negro é racista). Ocorre que o pressuposto sustenta a comunicação e não pode ser negado, sob pena de invalidação do enunciado; assim, a negação do pressuposto não alcança seu objetivo, instalando uma contradição, pois se alguém não quer que sua filha case com um negro, então é racista. Como, então, diz que não é racista?

3 ASPECTOS ARGUMENTATIVOS

A contradição apontada tem vínculos não apenas com a estrutura linguística, mas também com a dimensão argumentativa. A estrutura *A, mas B* justapõe ideias opostas; contudo, como vimos, em “não sou racista, mas...”, há um desequilíbrio de estrutura e de conteúdo, que instaura uma contradição:

“Não sou racista, mas eu quero que meu filho seja branco”.

Se a primeira parte fosse afirmativa, teríamos:

“Sou racista, mas eu quero que meu filho seja branco”.

Nesse caso, a primeira parte seria semanticamente correspondente à segunda e a conjunção *mas* não caberia; teríamos, então:

“Não sou racista, ~~mas~~ eu quero que meu filho seja branco”

Há, nessa hipótese, equilíbrio de conteúdo e de estrutura que faz equivaler as duas proposições:

“Eu sou racista” = “eu quero que meu filho seja branco”

O grande complicador é que quem se serve dessa estrutura para expressar esse conteúdo não quer admitir que é racista (quer proteger a sua face); é por isso que há a necessidade do emprego do advérbio de negação no início; isso provoca o desequilíbrio estrutural e semântico:

“Eu *não* sou racista” ≠ “eu quero que meu filho seja branco”

O desequilíbrio, percebido, exige a presença da conjunção *mas*. No entanto, ocorre que o equilíbrio é apenas estrutural, porque, semanticamente, passa a haver uma contradição; ora, se não sou racista, meu filho pode (deve?) ser negro.

Assim, essa contradição diz respeito ainda mais à dimensão argumentativa. Esse fenômeno é discutido por Perelman e Obrechts-Tyteca (2000), que discorrem sobre argumentos fundados no princípio da não contradição (violado pela estrutura *A, mas B*, em nosso caso). Fiorin, comentando o argumento da não contradição, diz “[...] alguma coisa não pode ser e não ser ao mesmo tempo” (2015, p. 139). Esse princípio vale para a amplitude de um mesmo sistema, visto que pode haver essa possibilidade, por exemplo, no reino da ficção e da religião (por exemplo: ser homem e ser Deus). Além disso, Perelman e Obrechts-Tyteca fazem distinção entre contradição e incompatibilidade. Aquela é a oposição de uma ideia e de sua negação e atribuição de dois atributos contraditórios (é mau e bom); a contradição, por sua vez, diz que duas proposições não podem coexistir no mesmo sistema, sem negar-se logicamente. No sistema biológico não se pode dizer que uma virgem teve filho (FIORIN, 2015, p. 140). Já no mítico isso pode ocorrer, pois um Deus não pode nascer como outros seres humanos.

Um princípio retórico importante diz que os argumentos baseados no conflito de interesses devem fundar-se no princípio da não contradição, para que não se tornem invalidados facilmente. Já vimos que a estrutura *A, mas B*, para finalidade racista, fere esse princípio e, assim, deve ser invalidada.

Outro recurso argumentativo que merece ser lembrado é o da definição (“não sou racista” é uma definição), vinculado ao princípio da identidade. Para Perelman e Obrechts-Tyteca (2000), as definições são fundadas no princípio da identidade, porque não há uma maneira unívoca de definir uma pessoa ou um objeto. As definições procuram “convencer o interlocutor de que um dado significado é aquele que deve ser levado em conta. Por isso, elas podem ser conflitantes” (FIORIN, 2015, p. 118). Um efeito retórico produzido, então, por “não sou racista, mas...” (em que na primeira parte há uma negação e a segunda nega a primeira, ou seja, nega uma negação), pela força da definição, tende a convencer o interlocutor de que o falante não é racista. Mas...

Fiorin (2015, p. 121) chama a atenção para o conflito da definição que está na frase “Não sou X, mas...”; ele exemplifica com a mesma estrutura aqui analisada, mas com

outro conteúdo: “não sou homofóbico, tenho muitos amigos gays, mas não posso ver dois homens andando de mão dada”; conclui o autor que quem diz isso é homofóbico.

As dimensões linguística e argumentativa da expressão “não sou racista, mas...” indicam que a estrutura tem descompassos: o nível linguístico aponta desajustes entre o ser e o parecer: alguém que é racista não quer ser percebido como tal, apesar de defender explicitamente ideias racistas. Em outras palavras: quem é racista não se assume. Por que isso?

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As práticas languageiras se desenvolvem nos cenários em que as interações humanas ocorrem, sem deixar de mostrar as tensões e contradições da vida em sociedade, apesar das tentativas que são feitas para esse fim.

É o caso da expressão “não sou racista, mas...”, estudada neste trabalho. A materialidade de seus aspectos linguísticos revela uma contradição em termos, porque quem se serve dessa expressão é, sim, racista, o que também fica evidente a partir dos elementos retóricos que nela estão investidos; o efeito de sentido pretendido da primeira parte é negar o racismo, mas a segunda parte da expressão o afirma.

É tendência em nossa tradição cultural essa esquizofrenia identitária em torno do racismo, que oscila entre negá-lo e afirmá-lo. Com isso, atesta-se a permanência desse odioso sentimento, que suscita violência em cadeia. Se não for pela ação integrada da polícia, da mídia e do governo, pelo menos será pelo uso da expressão “não sou racista, mas...”.

REFERÊNCIAS

FIORIN, José Luiz. A linguagem em uso. In: *Introdução à linguística I*. Objetos teóricos. São Paulo: Contexto, 2003 (p. 165-186).

_____. *Argumentação*. São Paulo: Contexto, 2015.

KOCH, Ingedore Villaça; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *A coerência textual*. São Paulo: Contexto, 1990.

NEVES, Maria Helena de Moura. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Unesp, 2000.

OLIVEIRA, Luís R. Cardoso de. Racismo, direitos e cidadania. In: *Estudos Avançados* 18 (50), 2004, p. 81-93. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v18n50/a09v1850.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2016.

PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado da argumentação*. A nova retórica. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

Recebido em: 02/05/2017
Aprovado em: 08/08/2017
Publicado em: 01/12/2017